

EXPECTATIVAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM RELAÇÃO AO JORNALISMO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NUMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA PAULISTA

EXPECTATIONS OF UNIVERSITY STUDENTS REGARDING CONTEMPORARY BRAZILIAN JOURNALISM: AN EXPLORATORY STUDY AT A COMMUNITARIAN UNIVERSITY IN THE STATE OF SÃO PAULO

Guilherme Augusto Caruso Profeta

Universidade de Sorocaba (Uniso)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9914-9301>

Marcio José Celestino

Universidade de Sorocaba (Uniso)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0527-5092>

DOI: 10.9771/contemporanea.v22i1.63386

RESUMO:

Este artigo foi guiado pela seguinte questão norteadora: quais expectativas têm os estudantes universitários em relação ao jornalismo brasileiro contemporâneo? Seu objetivo geral foi contribuir para a compreensão dessas expectativas, categorizando-as de acordo com diferentes modelos (teorias) que explicam o fenômeno jornalístico. Para isso, foi utilizado um questionário estruturado online oferecido aos estudantes de graduação de uma universidade comunitária de São Paulo, no Brasil. Verificou-se que 40,6% dos respondentes alinham suas expectativas a um entendimento idealista e normativo do jornalismo, ancorado na neutralidade do jornalista como um valor fundamental; 32,9% compreendem o jornalismo como uma distorção sistemática da realidade e/ou como uma força antagônica às suas visões de mundo; somente 5,1% mencionam em suas respostas a compreensão da impossibilidade de uma linguagem totalmente neutra, admitindo em algum nível que jornalistas e veículos assumam posições críticas declaradas. Entende-se

que esta pesquisa pode contribuir para uma melhor compreensão de tensões contemporâneas no campo do jornalismo, além de ajudar a embasar práticas de educação midiática.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Teorias do jornalismo; Educação midiática

ABSTRACT:

This paper was guided by the following question: what expectations do university students have regarding contemporary Brazilian journalism? Its general objective was to contribute to the understanding of these expectations by categorizing them according to different models (theories) that explain the journalistic phenomenon. In order to do so, an online structured survey was offered to undergraduate students at a communitarian university located in São Paulo, Brazil. It was found that 40.6% of all respondents align their expectations with an idealistic and normative understanding of journalism, anchored in the journalist's neutrality as a fundamental value; 32.9% understand journalism as a systematic distortion of reality and/or as an antagonistic force against their worldview; only 5.1% mentioned in their responses the understanding of the impossibility of a fully neutral language, accepting to some extent that journalists and media outlets may express their critical stances publicly and openly. This research may contribute to a better understanding of contemporary tensions in the field of journalism, in addition to supporting media education practices.

KEYWORDS: Journalism; Theories of journalism; Media education

INTRODUÇÃO

Considerando-se a perspectiva da educação midiática – a partir da qual se compreende a necessidade de um “conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos” (Soares; Blanco, 2021, p. 6) – e a importância do jornalismo como parte do ambiente informacional e midiático desde seu surgimento entre os séculos XVI e XVII (Briggs; Burke, 2004), defende-se que, para que um indivíduo seja capaz de *ler* o jornalismo de forma crítica, é necessário, antes de tudo, que esse indivíduo seja capaz de *pensar* o jornalismo, tanto em termos epistemológicos (como o jornalismo constrói o próprio conhecimento?) quanto deontológicos (que função social se espera do jornalismo numa dada sociedade e num dado tempo?). Essas são discussões que precisam ser democratizadas, mesmo e especialmente, para quem não é jornalista.

Se fizermos, para um conjunto de cidadãos que compartilham a mesma sociedade (a brasileira, por exemplo), a pergunta “o que você espera do jornalismo hoje?”, é possível que recebamos respostas divergentes e até mesmo conflitantes acerca dessas expectativas: desde respostas ancoradas numa distinção histórica entre fato e opinião datada do século XIX, passando por respostas de interpretação instrumentalista amparadas pelas perspectivas marxistas das décadas de 1960 e 1970, até respostas que reconheçam a impossibilidade teórica de uma imparcialidade total, alinhadas às teorias construcionistas – três grupos de teorias que seguem a lógica organizativa de Traquina (2005).

Mesmo que esses respondentes hipotéticos não sejam jornalistas, é bastante provável que eles tenham opiniões e expectativas sobre o que o jornalismo deve ser, e sobre como os jornalistas devem se portar, por entender que o jornalismo lhes afeta. Ainda assim, pessoas diferentes podem se referir a *jornalismos*, no plural, idealizados de forma bastante diferente.

Diferentes jornalismos, afinal, pressupõem diferentes contratos cognitivos, como são chamados os “jogos” de expectativas – sempre implícitas e dadas pelo(s) contexto(s) – entre narradores e narratários. No caso dos textos jornalísticos, costuma-se reproduzir “uma convenção [...] em que emissores e destinatários dão por convencionado que o jornalismo é o lugar natural da verdade, o lugar do texto claro, isento, preciso, sem implicaturas nem pressuposições” (Motta, 2005, p. 13). Contudo, essa convenção está admitida num espectro de possibilidades, que variam de acordo com elementos como: o veículo em que o texto foi publicado (se um jornal diário ou uma revista de jornalismo literário, por exemplo), a seção dentro de um mesmo veículo (um editorial, uma notícia, uma reportagem do tipo *feature story*, um artigo de análise e/ou opinião assinado por um especialista etc.), entre outros; cada classe de textos pressupõe um contrato diferente.

Além disso, de modo geral, o jornalismo contemporâneo está agora mesmo passando por mudanças, motivadas por fatores como a competição com outros difusores de informação (não jornalistas), em ambientes descentralizados, em que se comunicar com as massas é cada vez mais fácil. De acordo com Stephens (2014), quando o acesso à informação era mais escasso, no passado, o jornalismo factual constituía um produto necessário, pelo qual as pessoas estavam dispostas a pagar para se manter informadas, mas, na era da internet, quando a informação se tornou uma *commodity*, ela passou a valer pouco, de modo que o jornalismo do futuro, se quiser “sobreviver”, tenderá a ser cada vez menos factual e mais interpretativo, exigindo novos contratos cognitivos.

Tais contratos cognitivos estão, assim, em transição, ou passando pelo que poderíamos chamar de uma tensão deontológica: como sociedade, nós talvez não precisemos mais daquele jornalismo puramente informativo do passado – que está sendo gradualmente substituído por uma configuração mais analítica, subjetiva, opinativa e por vezes até partidária, como defende Stephens (2014) –, mas é possível que ainda clamemos por ele e pelo contrato cognitivo que ele suscita, o que talvez ajude a explicar certas tensões e frustrações contemporâneas, como a descrença em relação ao jornalismo ou a violência perpetrada contra jornalistas: segundo o recorte brasileiro de uma pesquisa realizada pelo Reuters Institute, o nível geral de confiança nas notícias caiu de 48% em 2022 para 43% em 2023 (Newman et al., 2023), mantendo-se na mesma faixa em 2024 (Newman et al., 2024); quanto à violência, segundo o monitoramento de ataques contra jornalistas conduzido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, o aumento foi de 69,2% no ano de 2022 em território brasileiro (Violência, 2022).

Dessa forma, este artigo parte da seguinte formulação como questão norteadora: que expectativas têm os estudantes universitários em relação ao jornalismo brasileiro contemporâneo, e como essas expectativas podem ser interpretadas à luz das teorias sobre o jornalismo? Assim, seus objetivos se concentram em registrar a ocorrência de diferentes expectativas em relação ao jornalismo que se faz no Brasil, por parte de um mesmo público (neste caso, estudantes universitários de uma universidade comunitária no interior do estado de São Paulo), e em categorizar as respostas obtidas em alinhamento a grupos de teorias. Isso foi feito por meio de um questionário online oferecido por intermediação institucional a todos os estudantes de graduação matriculados na instituição de ensino em questão. Depois, essas respostas foram interpretadas a partir de um exercício taxonômico das teorias sobre jornalismo, de modo a identificar pontos em comum nas respostas obtidas e determinados preceitos teóricos.

Com isso, foi possível identificar que pessoas diferentes – apesar de compartilhar um mesmo espaço e um mesmo tempo, e de consumir um mesmo jornalismo (este ecossistema de jornalismo brasileiro da contemporaneidade) – têm expectativas diferentes a respeito do que é o jornalismo e de sua função social, o que pode lhes causar, conforme argumentamos, uma percepção de violação do contrato cognitivo entre leitor e jornalista. Considerar esse jogo de expectativas é importante para ajudar a compreender o jornalismo contemporâneo, suas transformações e as tensões que elas suscitam.

DESDE QUANDO EXISTE JORNALISMO?

Responder essa pergunta — desde quando o jornalismo existe? — é um passo importante para definir o próprio jornalismo como objeto de pesquisa e, como tal, não é uma tarefa tão simples quanto pode parecer. Para tanto, recorreremos a Quintero (1996 apud Sousa 2008), que sintetiza três grandes linhas de pensamento a respeito da gênese do fenômeno jornalístico, cada uma delas baseada na priorização de um elemento (ver grifos):

1. O fenômeno jornalístico existe desde a Antiguidade, porque desde a Antiguidade existem dispositivos para a troca regular e organizada de informações actuais, ou seja, para a troca de *notícias*.
2. O fenômeno jornalístico é uma invenção da Modernidade, estando ligado à aparição da tipografia e ao surgimento, expansão e aquisição de periodicidade da imprensa na Europa, embora tenha como antecedente imediato as folhas noticiosas volantes manuscritas e impressas que surgiram entre a Baixa Idade Média e o Renascimento.
3. O fenômeno jornalístico nasce no século XIX devido quer ao aparecimento de dispositivos técnicos, designadamente impressoras e rotativas, que permitiram a massificação dos jornais, quer à invenção de dispositivos auxiliares que facultam a transmissão da informação à distância (como o telégrafo e os cabos submarinos) e a obtenção mecânica de imagens — as máquinas fotográficas (Sousa, 2008, p. 4, grifos nossos).

Na primeira hipótese, é impossível determinar um ponto inicial para o fenômeno jornalístico, porque o elemento definidor é a troca minimamente sistematizada de informações sobre a realidade contemporânea (notícias), o que tornaria qualquer mensageiro um “protojornalista”, por assim dizer.

Na segunda hipótese, apenas a troca de notícias não seria suficiente; em vez disso, o elemento definidor é a existência de uma tecnologia capaz de criar e sustentar uma imprensa periódica, ou, mais especificamente, a prensa de tipos móveis, inventada por Johann Gutenberg em 1450 (Briggs; Burke, 2004), assim criando pela primeira vez uma comunicação efetivamente *de massa* na Europa.

Foi essa mesma prensa de tipos móveis que tornou possível o surgimento da imprensa propriamente dita, por meio de gazetas que já apresentavam muitas das características

que os jornais contemporâneos carregam até hoje (Sousa, 2008): narrativas cronológicas e separadas por temáticas de interesse (o que hoje chamamos de editorias), apuradas a partir de uma atitude informativa, com menção às fontes. Essas narrativas cronológicas são publicadas com uma periodicidade determinada, num sistema em que ocorre uma divisão do trabalho por especificidade profissional e há a atribuição de um responsável pela difusão dessas narrativas. Além disso, todo esse processo ocorre de forma simbiótica (ou parasítica, a quem preferir) em relação à publicação de anúncios pagos (a publicidade) – que, ao diminuir o preço de cada exemplar, tornam os periódicos jornalísticos mais acessíveis ao público leitor que paga por eles.

FIGURA 1: Exemplar da prensa tipográfica exposto em Londres, em 2015



Legenda: A prensa tipográfica, invento de Johann Gutenberg, é um marco para o surgimento da comunicação de massa como um fenômeno sociocultural, possibilitando, entre outros eventos, o surgimento da imprensa na Europa e, conseqüentemente, a consolidação de algumas características fundamentais que os periódicos jornalísticos mantêm até os dias de hoje. **Fonte:** elaboração própria.

Na terceira hipótese, por sua vez, o surgimento dos primeiros jornais e a demarcação de tais características essenciais não seriam suficientes para determinar o início do

fenômeno jornalístico; em vez disso, o elemento definidor é o surgimento de outros dispositivos técnicos, como o telégrafo (que permitia ter acesso a notícias de localidades mais distantes), as impressoras rotativas e as máquinas fotográficas. Apesar de importantes, defende-se nesta argumentação que tais dispositivos não mudam essencialmente aquela prática nascida entre os séculos XVI e XVII — apenas a aprimoram —, de modo que se toma a hipótese de número dois como a mais adequada, ainda que seja importante mencionar que a “distinção entre facto e comentário”¹ (Sousa, 2008, p. 111), fundamental para definições mais contemporâneas de jornalismo, seja também uma invenção do século XIX.

Assim, o jornalismo seria um tipo específico de comunicação de massa, conduzida por profissionais que cumprem uma função essencialmente informativa, apurando e difundindo narrativas cronológicas, as quais são selecionadas e organizadas em temáticas de interesse para dado público leitor — público leitor esse que, ao longo do tempo, desenvolveu certas *expectativas* em relação a essa atividade, como, por exemplo, a distinção entre fato e opinião e, posteriormente, o jornalismo como um mecanismo de controle e manutenção da democracia.

RECEITAS PARA FAZER JORNALISMOS — NO PLURAL

Cada uma das hipóteses apresentadas e brevemente discutidas na seção anterior constitui, em si, ingredientes considerados fundamentais em diferentes “receitas” para definir o que é o jornalismo: a simples troca regular de notícias, a comunicação de massa, as características fundamentais do que é ser um periódico jornalístico, o surgimento de certos dispositivos técnicos que aprimoraram substancialmente a prática jornalística, além do conceito de separação entre fato e opinião. A definição do objeto depende da pergunta que a precede.

Vale lembrar, também, que essa definição depende do *espaço* em que a pergunta é feita, visto que, no mundo contemporâneo, diferentes modelos e tradições de jornalismo operam simultaneamente, o que nos permite falar não sobre um jornalismo no singular, mas sobre diferentes *jornalisms*, no plural.

Alguns desses modelos de jornalismo, conforme Sousa (2008), são: o modelo autoritário, o modelo comunista, o modelo revolucionário, o modelo desenvolvimentista e o nosso modelo ocidental. Em todos eles, ainda vale a definição básica construída na seção

anterior, mas a essa “receita” básica são acrescentados outros ingredientes, considerados mais ou menos importantes dependendo dos contextos socioculturais em que a prática jornalística acontece.

No modelo autoritário de jornalismo, o processo de comunicação está sujeito ao controle direto do Estado, que detém um monopólio da “verdade”. Geralmente existe censura e há controle nos fluxos de informação por parte de uma classe dominante, em relação à qual as narrativas devem se posicionar de maneira favorável. No modelo comunista – uma variação do modelo autoritário – o tal monopólio da “verdade” deve condizer, em seu conteúdo e abordagem, com a transição do socialismo (ou de outros modelos de governo) para o comunismo.

No modelo revolucionário, que pode coexistir dentro de outros modelos, jornais independentes (*underground*) operam contra um sistema político vigente. Geralmente não há controle nos fluxos de informação, já que não raro os jornais operam de forma ilegal (mas esse modelo também pode existir em contextos democráticos).

No modelo desenvolvimentista, aquele que tipicamente ocorre em países com passado colonial em vias de desenvolvimento, ainda há controle nos fluxos de informação, mas o jornalismo está voltado, em tese, à criação e à solidificação de uma identidade nacional, o que justificaria o apoio às autoridades como um passo para a implementação de um jornalismo verdadeiramente “livre”.

O modelo ocidental (livre) é tido, ao menos no e para o Ocidente, como a epítome do jornalismo. Nesse modelo, opera uma imprensa livre, independente do Estado e dos poderes, em que não há (ou não deveria haver) repressão ou ameaça de repressão, senão a própria lei e a noção de função social da própria classe, autorregulada com a participação de uma sociedade igualmente crítica. Esse jornalismo é um *locus* que funciona como uma espécie de ágora, um espaço público que admite opiniões conflitantes e funciona como um elemento de manutenção da democracia. Mas, para funcionar plenamente, o modelo ocidental depende de outros “ingredientes” externos à sua própria “receita”: oposição política legítima, leis que garantam liberdades individuais e educação para formar leitores críticos, além de – a exemplo do que já acontecia com as primeiras gazetas – um mercado publicitário suficiente para que os jornais se mantenham viáveis financeiramente.

É digno de nota que, se essas características próprias do modelo ocidental forem consideradas condições *sine qua non* para definir o próprio jornalismo (e não simplesmente um

subconjunto de tudo o que o jornalismo pode ser), então o que é jornalismo autoritário, por exemplo, não seria considerado jornalismo em essência, mas outro tipo qualquer de comunicação de massa. Isso é importante para reforçar que o jornalismo é um objeto mutável, não apenas no tempo, mas no espaço, e que ele depende de outros elementos socioculturais para sua própria definição: diferentes pessoas, em diferentes contextos, podem posicionar as cercas que demarcam esse campo epistêmico em diferentes pontos, mais próximos ou mais distantes de uma mesma área central, a depender de suas escolas de pensamento, tradições culturais, interesses ideológicos etc.

TEORIAS PARA EXPLICAR O FENÔMENO JORNALÍSTICO

As teorias do jornalismo podem ser divididas, agrupadas e dispostas de modo a compor uma taxonomia, assim facilitando o processo de reflexão sobre as mudanças pelas quais o jornalismo, como objeto, vem passando ao longo do tempo. Em primeiro lugar, toma-se por teoria um modelo concebido para explicar e prever o funcionamento de um fenômeno, neste caso o fenômeno jornalístico. Deve-se considerar, também, que as teorias não surgem num vácuo sociocultural, de modo que tais teorias foram concebidas, em momentos diversos, com base nas evidências disponíveis em suas respectivas épocas, surgindo em consonância a outras teorias “emprestadas” de campos epistêmicos mais consolidados.

O ponto de partida para essas teorias é aquilo que se chama de “teoria” do espelho, que Traquina (2005) optou por grafar entre aspas para deixar claro que se trata mais de uma visão idealista e normativa sobre como o jornalismo ideal deveria ser, ancorada na histórica distinção entre fato e opinião do século XIX, e menos um modelo para explicar como o jornalismo é de verdade. Para a “teoria” do espelho, o jornalismo deve ser um espelho da realidade, o que significa dizer que entre os fatos cotidianos e o noticiário deve haver uma correspondência mimética. Trata-se da “teoria mais antiga e responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina.” (Traquina, 2005, p. 146)

Todas as teorias que vêm na sequência – tanto as microsociológicas (modelos que têm como foco a ação do indivíduo jornalista) quanto as macrosociológicas (modelos que ampliam o próprio escopo para incluir a sociedade e a cultura como um todo) – rompem com a “teoria” do espelho. A diferença é que, até certo ponto, algumas o fazem compreendendo que aquele ideal de representação especular é uma possibilidade a ser atingida,

tentando explicar justamente o porquê de ela *não* ser atingida, enquanto outras o fazem justamente por compreender que a representação especular é uma impossibilidade.

De modo geral, esses grupos de teorias (micro e macrosociológicas; instrumentalistas e construcionistas) podem ser aglutinados numa tentativa de taxonomia, que pode ser visualizada na Figura 2. Essa mesma taxonomia orientou a interpretação das respostas obtidas por meio do questionário online, conforme procedimentos metodológicos deste estudo.

Figura 2: Taxonomia das Teorias do Jornalismo



Legenda: À direita, em tons de azul, estão agrupadas as teorias microsociológicas. À esquerda, em tons vermelhos e/ou terrosos, estão agrupadas as teorias macrosociológicas. A partir dos anos 1960, as teorias estão agrupadas em dois outros grupos: instrumentalistas e construcionistas. A única teoria grafada entre aspas é a “teoria” do espelho (destacada em laranja), por ser um modelo normativo e idealista, que tenta definir como deveria ser um jornalismo ideal. Ao longo do tempo, todas as teorias rompem com essa visão idealista da “teoria” do espelho.

Fonte: Profeta (2021), com base em Traquina (2005).

A teoria da ação pessoal (ou do *gatekeeper*, porteiro em inglês) tenta responder as seguintes perguntas: se o jornalismo reflete a realidade — a premissa básica da “teoria” do espelho —, por que, então, há noticiários tão diferentes uns dos outros? Os noticiários não deveriam ser sempre iguais? Ela o faz considerando o processo de seleção das notícias a partir da ótica do jornalista como indivíduo: os noticiários são diferentes porque, em cada periódico jornalístico, há pessoas diferentes autorizadas a operar o processo de seleção das notícias. Essas pessoas se utilizam de critérios variados e, como o espaço nos noticiários é sempre limitado, algumas notícias ficam de fora. A teoria organizacional dá sequência ao mesmo questionamento, mas, sendo macrosociológica, ela o faz olhando além do indivíduo jornalista, para o seu contexto social mais imediato, que é a redação. De acordo com essa teoria, os textos jornalísticos são resultado não só da seleção do indivíduo jornalista, mas também de um processo de conformismo social que molda a forma como jornalistas diferentes, em organizações diferentes, conduzirão essa seleção de formas diferentes, resultando em noticiários distintos. Ambas as teorias, tanto a da ação pessoal quanto a organizacional, foram concebidas nos anos 1950.

As teorias da década seguinte, 1960, chamadas de instrumentalistas, passam a levar em conta as implicações políticas e ideológicas do jornalismo, especialmente do seu uso como ferramentas de manipulação da interpretação sobre os fatos cotidianos. Essas teorias rompem com a premissa da “teoria” do espelho por compreender os textos jornalísticos, grosso modo, como...

[...] distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção de sua visão do mundo, da sociedade, etc. (Traquina, 2005, p. 163, grifos nossos).

Imbuída nessa perspectiva de “distorção”, há a crença implícita numa possibilidade de um jornalismo perfeito, ideal, em que a distorção não ocorra. Então, de certa forma, essas teorias ainda tentam explicar o porquê de o ideal da “teoria” normativa do espelho não ser atingido. Para essas teorias, o jornalismo é concebido como uma força antagônica ao *establishment* (como é chamado o conjunto de entidades que detêm o poder e mantêm o *status quo* numa dada sociedade).

As teorias que vêm na sequência, as construcionistas, a partir da década de 1970, também rompem com a “teoria” do espelho, mas o fazem, diferentemente das teorias instrumentalistas, por reconhecer que aquele ideal de representação especular da realidade é uma impossibilidade absoluta; ele nunca será atingido, por diversas razões:

- (1) os textos jornalísticos simplesmente não podem ser compreendidos como meros reflexos da realidade porque, ao mesmo tempo em que eles são construídos pelos jornalistas, eles têm papel ativo na construção da própria realidade; (2) a linguagem neutra é impossível [...]; (3) os textos jornalísticos são influenciados por vários fatores, alguns microsociológicos e outros macrossociológicos (Profeta, 2021, p. 44-45, grifos nossos).

A teoria construcionista de linha estruturalista compreende o jornalismo como um dos mecanismos de manutenção da estrutura de poder numa dada sociedade. De modo geral, ela explica que os textos jornalísticos são não somente resultados dessas estruturas de poder, mas que eles também ajudam a mantê-las. Assim, o jornalismo não apenas relata os fatos da realidade, como pretendia simplificar a “teoria” do espelho, mas, ao selecionar, organizar e interpretar os eventos, o jornalismo também reconstrói essa realidade, modificando tanto a maneira como ela será representada quanto a atitude das pessoas a respeito dela. O ponto central da teoria estruturalista é a inclusão do conceito de definidor primário (*primary definer*), ou aquelas fontes que falam de uma posição de poder (não raro em nome do *establishment*) e determinam — mais do que os próprios jornalistas — a abordagem de um texto jornalístico.

Já a teoria construcionista de linha interacionista (*newsmaking*, em inglês) compreende todo o processo de fazer jornalismo como uma grande linha de produção, que estratifica uma matéria-prima (a realidade) e a transforma num produto (o texto jornalístico), transformando-a pela ação de diversos processos — a delimitação de áreas de cobertura, temáticas noticiáveis, fontes etc. — e diversos agentes, incluindo os próprios jornalistas, mas não se limitando a eles.

Em conclusão, dependendo da teoria que esteja sendo utilizada para explicar o funcionamento do jornalismo, o jornalista pode ser concebido como:

- (1) um agente desinteressado que deve obrigatoriamente representar a realidade tal qual ela aconteceu;
- (2) um crivo de autoridade para determinar o que pode ou não fazer parte de cada noticiário (por isso os diferentes noticiários não refletem exatamente a mesma realidade, mas *recortes* dela);
- (3) um agente que sofre influências internas da organização em que trabalha;

(4) um agente que sofre influências externas, ideológicas, o que torna o seu noticiário um instrumento de manipulação política.

Tudo isso faz com que as notícias sejam compreendidas como distorções da realidade. Numa perspectiva construcionista, por outro lado, a notícia não pode mais ser compreendida como distorção, já que ela não só representa a realidade, mas tem interferência sobre essa realidade, contribuindo para modificá-la e, assim, construir uma nova realidade.

Dessa forma, o jornalista interpretado pela lente construcionista passa a ser concebido como:

(1) um agente que faz parte da cultura e, como tal, noticia o mundo a partir de uma dinâmica de poder que é sociocultural por essência (da qual ele é parte indissociável, o que o impede de ver os acontecimentos “de fora”);

(2) um trabalhador numa linha de produção, que transforma matéria-prima (acontecimentos) em produtos comercializáveis (notícias), num processo com múltiplas influências, tanto micro quanto macrosociológicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DESTE ESTUDO

Para a coleta das expectativas de estudantes universitários em relação ao jornalismo brasileiro, foi utilizado um questionário estruturado online (operacionalizado por meio da plataforma *Google Forms*), oferecido por intermediação institucional a todos os 8.000 estudantes de graduação de uma universidade comunitária localizada no interior do estado de São Paulo.

Em relação aos procedimentos de distribuição do questionário, o link para acesso foi compartilhado com os estudantes por meio de e-mail institucional, no segundo semestre de 2023, em data definida após aprovação do respectivo projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Sorocaba (Uniso)².

A veiculação do questionário foi autorizada institucionalmente e os nomes dos participantes não se encontram divulgados nesta ou em qualquer outra publicação. Todos os respondentes foram devidamente informados sobre a pesquisa, incluindo objetivos, metodologia, benefícios previstos e riscos, conforme resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

O formulário foi composto por cinco perguntas: (1) o nome do respondente, de modo a evitar respostas duplicadas; (2) a idade do respondente, para caracterização da amostra; (3) o curso de graduação em que o respondente estava matriculado, para caracterização da amostra; (4) se o respondente já estudou Teorias do Jornalismo em contexto formal, para caracterização da amostra; (5) o que o respondente espera do jornalismo hoje – uma pergunta formatada com o seguinte enunciado: “Como leitor/leitora e cidadão/cidadã, considerando o contexto cultural, social, político etc. do Brasil contemporâneo, o que você espera do jornalismo hoje? Por gentileza, redija uma breve resposta argumentativa.”

As respostas foram analisadas individualmente, de modo a identificar vinculações argumentativas em relação a diversos marcos teóricos do jornalismo, conforme Traquina (2005), assim embasando a criação de categorias para a etapa seguinte, de Análise de Conteúdo (Bardin, 2004). Nesse processo, levou-se em consideração o exercício taxonômico das teorias sobre jornalismo, explicitado e discutido na seção “Teorias para explicar o fenômeno jornalístico”, da revisão de literatura, e a matriz de categorização das respostas disponível nos Quadros 1 e 2.

A título de hipótese, esperava-se que, nos discursos de estudantes universitários sobre suas expectativas em relação ao jornalismo brasileiro contemporâneo, aparecessem, em quantidades variáveis, resquícios de três marcos teóricos: (1) uma visão idealizada oriunda da teoria do espelho, (2) uma visão instrumentalista oriunda das teorias de ação política e (3) uma visão mais contemporânea oriunda das teorias construcionistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, o questionário foi respondido por 215 estudantes. Desses respondentes, oito foram excluídos por não incluírem informações de contato (o que os impedia de receber uma cópia das respostas oferecidas, conforme procedimentos aprovados via CEP), seis foram excluídos por não concordarem integralmente com os termos da pesquisa e dois foram excluídos por equívocos de preenchimento nos campos de caracterização da amostra, resultando em 199 conjuntos de respostas até então válidas para o processo de categorização, oriundas de estudantes de 50 cursos diferentes, com uma idade média de 23,2 anos.

Faz-se importante mencionar que, neste artigo, optou-se intencionalmente por solicitar dos respondentes uma resposta aberta, de modo a não influenciar sobremaneira as respostas que seriam oferecidas. O risco de se trabalhar dessa forma, naturalmente, é que respostas abertas implicam em entendimentos dúbios. Logo no início do processo de interpretação, outras 44 respostas foram descartadas por não conterem informações suficientes para permitir a categorização, levando em consideração os aspectos epistemológicos (e/ou deontológicos) que interessavam a este estudo³. Alternativamente, essas respostas poderiam ser categorizadas como uma categoria extra, “não argumentam levando em consideração aspectos epistemológicos”, mas optou-se pelo descarte para facilitação da visualização dos resultados.

Mesmo em relação às 155 respostas restantes, consideradas categorizáveis (e oriundas de estudantes de 45 cursos diferentes, com uma idade média de 23,7 anos), é importante ressaltar que a pergunta “o que você *espera* do jornalismo hoje?”, por ser aberta, pode implicar em dois tipos de compreensão.

A primeira compreensão possível diz respeito àquilo que o respondente espera encontrar quando acessa dado conteúdo jornalístico, porque já está acostumado com esse conteúdo e ao longo do tempo reconheceu certo padrão nele – no sentido de “espero encontrar algo bom e adequado, como, por exemplo, X” ou “espero encontrar algo ruim e inadequado, como, por exemplo, Y”, quer o respondente concorde que esse padrão é o ideal ou não.

A segunda compreensão possível diz respeito à expectativa que o respondente tem em relação a um jornalismo que venha a cumprir plenamente sua função social, que pode não ser necessariamente aquele que ele encontraria ao acessar dado conteúdo jornalístico cotidianamente. As respostas mais pertinentes e desejadas são as do segundo tipo – que interpretam “esperar” como *ter esperança em* e, conseqüentemente, oferecem uma janela para aquilo que o respondente compreende como um jornalismo em pleno cumprimento de sua função social –, todavia, pela interpretação daquilo que se aponta como negativo, por vezes também é possível identificar minimamente o que dado respondente entende como um cumprimento mais pleno dessa função social, o que demonstra a indissociabilidade entre análise de conteúdo e uma mínima análise do discurso (Orlandi, 2015), uma vez que, para categorizar o conteúdo, é necessário, antes disso, interpretá-lo.

Baseando-se na taxonomia das teorias do jornalismo (conforme Figura 2), o processo de categorização foi iniciado de acordo com a seguinte matriz— ver Quadro 1—, em que as respostas foram reunidas de acordo com suas afinidades em relação a três grupos de teorias para compreender o fenômeno jornalístico. Mas a listagem de características utilizadas como critérios de inclusão em cada categoria foi expandida conforme determinadas necessidades pontuais se apresentaram durante o processo de categorização. Em caso de dúvida por parte dos analistas⁴, certos pontos centrais foram destacados dentre essas características, para servir como dispositivos metodológicos para a resolução de incertezas (em situações em que a categorização inicial poderia ser considerada insuficiente ou contestável).

QUADRO 1: Matriz inicial para categorização das respostas

CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS COMUNS ÀS RESPOSTAS	PONTOS CENTRAIS
I. Percepção idealizada e/ou normativa do jornalismo baseada em valores especulares datados (" teoria " do espelho)	A resposta denota uma visão idealista e normativa do jornalismo; a resposta denota saudosismo (em relação a um passado em que o jornalismo foi supostamente melhor do que é hoje); admite-se uma possibilidade de <u>distinção entre informação e opinião</u>, bem como a obrigatoriedade normativa de se balizar pelo fato (e não pela interpretação do fato); a objetividade e a neutralidade são <u>valores fundamentais</u>; não se admite que o repórter assuma qualquer posição; o repórter é responsabilizado pela representação da realidade.	A distinção entre informação e opinião e a menção a valores fundamentais (objetividade e neutralidade) são os pontos centrais.
	A resposta denota a compreensão de que textos jornalísticos são <u>distorções sistêmicas da realidade</u>; a resposta denota que o respondente entende o jornalismo como um instrumento para disseminar ideologias; reconhece-se que há uma polarização entre esquerda e direita e o próprio jornalista é tido como <u>força antagônica</u> (à ideologia do respondente); o respondente declara que textos jornalísticos são enviesados, mas não deveriam ser; há uma aversão às "narrativas" (remetendo ao conceito de <i>propaganda framework</i>), que se materializa nas respostas na forma de <u>menção às fake news</u>; há menção ao jornalismo como ação política (especialmente no sentido de escolha partidária); o respondente se refere ao repórter como força contrária, culpado pela distorção da realidade e como um agente que contribui para a polarização por meio da <u>manipulação da informação</u>.⁵	
II. Percepção instrumentalista (ação política) do jornalismo como distorção sistemática e força antagônica		A percepção do jornalista como uma força contrária, antagônica em relação ao "lado" (por vezes político-partidário) do respondente, e a menção às <i>fake news</i> e/ou à manipulação são os pontos centrais.

CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS COMUNS ÀS RESPOSTAS	PONTOS CENTRAIS
III. Percepção construcionista do jornalismo baseada na assunção de que a linguagem neutra é impossível e na consequente corresponsabilização pelo viés	Existe uma compreensão de que a linguagem neutra é impossível; compreende-se que há uma diferença entre fato e opinião sobre o fato (a opinião não é o próprio fato, mas é impossível representar um fato sem assumir uma posição sobre ele); o texto jornalístico é compreendido como uma construção; defende-se um <u>texto crítico</u> , bem como a necessidade de uma leitura crítica do texto jornalístico, de modo que a responsabilidade pela interpretação do fato é compartilhada (entre jornalista e leitor); por vezes <u>admite-se que o veículo jornalístico (e/ou o repórter) assuma uma posição</u> .	A menção a textos críticos e/ou a aceitação de um jornalismo que assume uma opinião/posição ideológica são os pontos centrais.

Fonte: elaboração própria.

No decorrer do processo de categorização, foram identificadas, também, respostas em que não foi possível identificar, em suas respectivas argumentações, qualquer menção direta a aspectos epistemológicos, mas que ainda assim compartilhavam outras expectativas e características dignas de nota. Dessa maneira, a matriz original foi complementada com outras duas categorias, conforme Quadro 2, na sequência:

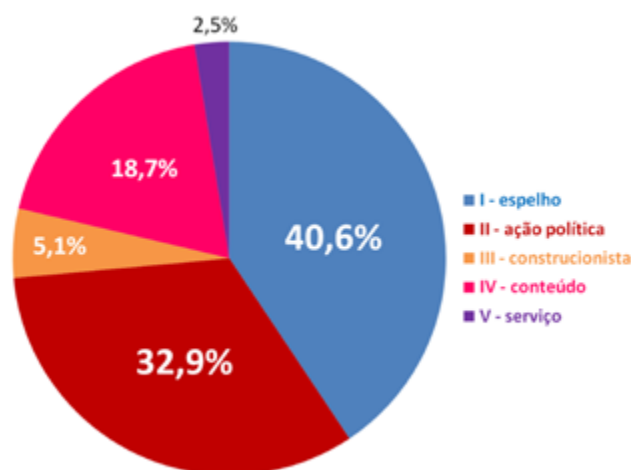
QUADRO 2: Matriz complementar para categorização das respostas

CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS COMUNS ÀS RESPOSTAS	PONTOS CENTRAIS
IV. Clamor por conteúdos específicos	A resposta denota uma preocupação menor por questões deontológicas e/ou epistemológicas e foca numa <u>preferência temática por certas pautas ou editoriais</u> , especialmente as de cunho social (que problematizem questões socialmente agudas da contemporaneidade); declara uma aversão em relação a pautas identificadas como "sensacionalistas" (tidas como negativas) e clama por um <u>conteúdo mais positivo</u> — no sentido de notícias boas. De certa forma, esse tipo de resposta denota um questionamento dos critérios de noticiabilidade empregados pelo jornalismo que existe hoje.	O ponto central é a declaração de um ou mais assuntos preferidos (ou mesmo de notícias que devem ser evitadas), não de um comportamento por parte da classe jornalística em relação a <i>como</i> representar essa realidade (especialmente diferenciando-a da opinião do jornalista).
V. Clamor por funções utilitárias	A resposta denota uma preocupação menor por questões deontológicas e/ou epistemológicas e foca numa <u>preferência por serviço</u> (aplicações úteis e imediatas da informação).	O ponto central é a declaração de preferência por conteúdos úteis.

Fonte: elaboração própria.

Considerando-se a matriz completa, com cinco categorias, temos os seguintes resultados, sintetizados no gráfico incluído na Figura 3:

FIGURA 3: Gráfico contendo as porcentagens equivalentes a cada categoria de respostas



Fonte: elaboração própria.

Das 155 respostas consideradas categorizáveis, 40,6% apresentaram características alinhadas a um entendimento idealista e normativo do jornalismo, ancorado na suposta neutralidade do agente jornalista como um valor fundamental. Exemplos ilustrativos de respostas dessa categoria podem ser conferidos no Quadro 3:

QUADRO 3: Exemplos ilustrativos de respostas da categoria I - Percepção idealizada e/ou normativa do jornalismo

IDENTIFICAÇÃO DO EXEMPLO	RESPOSTA COMPLETA OU TRECHO SELECIONADO DA RESPOSTA
A	"Espero que [o jornalismo] seja <u>direto em suas notícias</u> , [que as notícias sejam] imparciais. Entretanto, gostaria que apenas especialistas formados e especializados no assunto do texto fossem <u>permitidos em colunas de opiniões</u> ." (grifos nosso)
B	"Que [o jornalismo] seja imparcial, <u>traga apenas os fatos sem julgamento</u> ou formação de juízo, que não tenha viés e que possa informar a verdade." (grifos nosso)
C	"Liberdade e independência. Que [os jornalistas] colaborem na construção de pensamento crítico e tenham <u>amor à verdade</u> ." (grifos nosso)
D	"Eu desejo que o jornalismo atual <u>volte</u> a ser pautado em fatos, que é um <u>princípio basilar do jornalismo</u> ." (grifos nosso)

Fonte: elaboração própria.

Todas as respostas mencionam, mais direta ou mais implicitamente, a objetividade e a neutralidade como valores fundamentais, ou, de acordo com a fala do respondente D, *princípios basilares*. O(a) respondente C chega a mencionar um *amor pela verdade*,

denotando uma percepção do jornalista como um profissional apaixonado. Na fala do(a) respondente A há uma distinção entre *notícias* e *colunas de opinião*, bem como na fala do(a) respondente B há uma distinção entre *fatos* e *julgamentos* sobre os fatos. O(a) respondente C menciona que o jornalismo atual deve *voltar* a ser pautado por fatos, configurando um exemplo de percepção saudosista.

Na sequência, 32,9% indicaram que compreendem o jornalismo como uma distorção sistemática da realidade e/ou como uma força antagônica à visão de mundo do respondente. Vale destacar que pode haver uma continuidade bastante sutil entre essas categorias, de modo que os pontos centrais indicados na matriz (coluna mais à direita) foram utilizados para tal distinção (para mais detalhes, ver a nota de fim número 5). Exemplos ilustrativos de respostas dessa categoria podem ser conferidos no Quadro 4:

QUADRO 4: Exemplos ilustrativos de respostas da categoria II - Percepção instrumentalista (ação política) do jornalismo

IDENTIFICAÇÃO DO EXEMPLO	RESPOSTA COMPLETA OU TRECHO SELECIONADO DA RESPOSTA
E	"[...] hoje em dia o jornalismo é uma <u>arma política</u> que infelizmente é muito utilizada para convencer e persuadir pessoas para consumirem essas notícias. Estou falando de sensacionalismo, <i>fake news</i> , e até [d]o jeito como uma notícia trágica pode ser totalmente manipulada pela perspectiva, [pelo] enfoque e [pelas] palavras utilizadas na matéria, causando essa ' <u>corrupção</u> ' no processo jornalístico." (grifos nossos)
F	"Eu espero, além de obviamente a verdade, um maior comprometimento político-social, devido ao grande número de <u>jornais de extrema direita manipulando informações</u> , principalmente durante as épocas eleitorais." (grifos nossos)
G	"Sou <u>liberal e conservadora</u> ; o <u>jornalismo em sua maioria não representa meu ideal de informação</u> . Entendo que os fatos deveriam ser apresentados livres de narrativas, sem tendências, sem o [...] ' <u>politicamente correto</u> ', sem atender políticos que liberam fortunas para que a imprensa fale bem ou mal de acordo com o espectro político. Jornalismo que me representa: [segue indicando nomes de veículos específicos]." (grifos nossos)
H	"Simples[mente] nada: uma desinformação gigantesca, nada objetivo[,] é bem vago as notícias e maioria tudo mentira contando aumentando os fatos [sic]"
I	"Espero que o jornalismo deixe de ser simplesmente uma <u>ferramenta de manipulação</u> " (grifos nossos)

Fonte: elaboração própria.

Tanto a resposta E quanto a resposta I denotam uma percepção do jornalismo como um instrumento, ora *arma* ora *ferramenta* (mais especificamente uma arma política ou uma ferramenta de manipulação). A resposta E, em particular, menciona uma *corrupção* do

jornalismo, o que denota a perversão de algo que poderia ser ideal, mas não é — de modo geral, uma interpretação negativa. As respostas F e G devem ser lidas em paralelo: enquanto a F menciona especificamente jornais de extrema direita como uma força antagônica, o que denota um posicionamento à esquerda no espectro político por parte desse(a) respondente, a G se posiciona declaradamente à direita e, mesmo assim, também inclui um entendimento do jornalismo como uma força antagônica. Já a resposta H é um exemplo de antagonismo que parece beirar a contrariedade ou a hostilidade.

Somente 5,1% das respostas incluíram algum tipo de compreensão acerca da impossibilidade de uma linguagem completamente neutra, admitindo em algum nível que jornalistas e veículos assumam uma posição crítica declarada e/ou até mesmo político-ideológica, alinhada àquilo que Stephens (2014) considerou como uma das características prováveis para um jornalismo “do futuro”. Exemplos ilustrativos de respostas dessa categoria podem ser conferidos no Quadro 5:

QUADRO 5: Exemplos ilustrativos de respostas da categoria III - Percepção construcionista do jornalismo

IDENTIFICAÇÃO DO EXEMPLO	RESPOSTA COMPLETA OU TRECHO SELECIONADO DA RESPOSTA
J	“Espero posições com embasamento em dados <u>com posicionamento crítico</u> por parte daqueles que veiculam as informações” (grifos nossos)
K	“Espero veracidade no apontamento em que a notícia se direciona, sensacionalismo para atração de ‘clicks’ apenas diminui minha confiança no acontecimento passado. <u>Não espero imparcialidade</u> , mas quero veracidade de fatos, sem contorcer o real ocorrido.” (grifos nossos)
L	“Minha expectativa em relação ao jornalismo atual é que ele permaneça como um alicerce essencial da democracia, entregando informações exatas, abrangentes e pertinentes à audiência, ao mesmo tempo em que se ajusta de forma contínua às transformações tecnológicas e sociais que continuamente modelam nossa realidade. <u>Essas esperanças não recaem apenas sobre os ombros dos profissionais de mídia, mas também sobre todos nós enquanto consumidores de notícias</u> , uma vez que a qualidade do jornalismo depende do nosso envolvimento ativo e apoio.” (grifos nossos)

Fonte: elaboração própria.

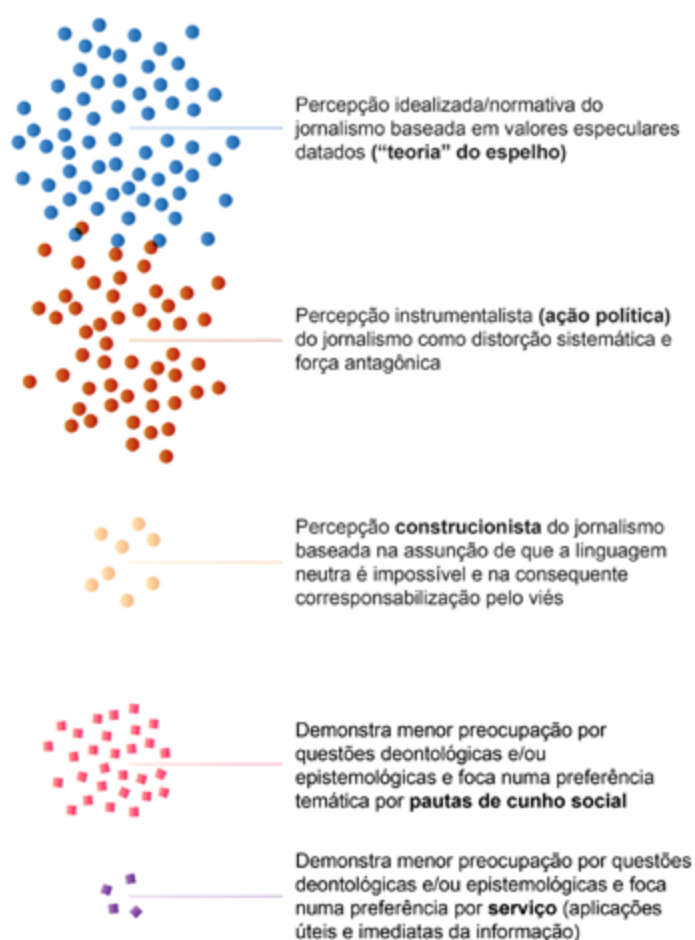
A resposta J admite um *posicionamento* por parte daqueles que cumprem a função de jornalistas, desde que embasado. A resposta K afirma declaradamente que a imparcialidade — valor fundamental e inviolável para respondentes da categoria I, por exemplo — *não* é um elemento fundamental, na percepção desse(a) respondente. Já a resposta L inclui uma percepção de responsabilidade compartilhada, denotando um entendimento de que

os sentidos produzidos a partir do texto jornalístico não são dados somente pelo texto em si, mas por uma leitura crítica por parte do público leitor num contexto sociocultural.

Além disso, 18,7% das respostas, mesmo não se debruçando sobre aspectos epistemológicos do jornalismo, incluíram a menção a pautas de interesse, especialmente aquelas de cunho social, a respeito de questões socialmente agudas da contemporaneidade. 2,5%, por sua vez, declararam preferência por pautas baseadas em serviço (aplicações consideradas úteis e imediatas).

Alternativamente, esses resultados podem ser visualizados conforme a Figura 4.

FIGURA 4: Representação gráfica alternativa do agrupamento das respostas (por categoria)



Legenda: Nesta representação alternativa, é possível discernir a quantidade real de respostas agrupadas em torno de núcleos temáticos. A título de ilustração, e somente para demonstrar a continuidade das categorias, alguns dos círculos utilizados para representar as respostas foram posicionados mais próximos ou mais distantes das áreas centrais, até mesmo chegando a se sobrepor ligeiramente (entre as categorias I e II). As categorias IV e V foram representadas como quadrados. **Fonte:** elaboração própria.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos respondentes deste estudo, é particularmente digno de nota que a porcentagem daqueles que declararam uma expectativa mais alinhada às teorias construcionistas (5,1%) é substancialmente menor do que as daqueles que declararam expectativas mais alinhadas a ideais normativos de representação especular (40,6%) ou à percepção do jornalismo como um grande difusor de distorções sistemáticas da realidade (32,9%). Talvez essa dinâmica de expectativas diferentes ajude a explicar o porquê de 57% dos brasileiros desconfiarem da imprensa, segunda a Reuters (Newman et al., 2024).

Naturalmente, esses resultados não podem ser admitidos como verdades universais, tanto pela limitação da amostra considerada, frente ao universo total de universitários em todo o Brasil, quanto pela subjetividade da análise, ainda mais pelo fato de muitas das respostas operarem num *continuum* entre as categorias, o que leva a um complexo (e por vezes arbitrário) processo de classificação. Mas podem ajudar a lançar luz sobre esse fenômeno em que, num mesmo contexto sociocultural, diferentes leitores têm diferentes expectativas em relação a um mesmo jornalismo, permitindo que se pense — retomando o conceito de Motta (2005) — em contratos cognitivos múltiplos, por vezes em conflito. Assim, recomendamos fortemente que iniciativas de educação midiática que foquem ou tangenciem a leitura de textos jornalísticos incluam discussões focadas na reflexão sobre a formulação dos contratos cognitivos, movimento que precede a própria leitura do texto.

Também é digno de nota observar que, ainda que nas categorias I e II estejam presentes respondentes que se identificam como estudantes tanto em áreas mais próximas do Jornalismo (Humanidades; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes) quanto em áreas consideradas mais distantes (Ciências Agrárias; Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e da Terra; Engenharias), dentre aqueles que foram enquadrados na categoria III somente um respondente vem de um curso considerado distante (um curso das Ciências Biológicas), o que pode nos levar a conjecturar se uma aproximação com as teorias construcionistas poderia estar relacionada às discussões críticas que acontecem no âmbito das Humanidades. Contudo, a quantidade de respondentes não foi extensa o suficiente para permitir uma afirmação assim tão taxativa. Além disso, também não foi possível tecer qualquer conclusão em relação à influência que o fato de já ter cursado Teorias do Jornalismo em contexto formal pode ter sobre a expectativa em relação ao jornalismo, uma vez que houve respondentes assim caracterizados enquadrados em todas as categorias (de I a V).

Por fim, é importante mencionar que, nesse processo de interpretação das respostas, que pode ser bastante subjetivo — e do consequente *refinamento* da matriz para categorização dessas respostas —, este estudo contribuiu para a formulação de critérios mais claros, úteis para a formulação de respostas fechadas (e, portanto, mais adequadas à aplicação a populações muito mais extensas), que podem vir a ser utilizadas em estudos futuros. Essa matriz, uma vez já testada e disponibilizada publicamente, é provavelmente a maior contribuição desta publicação.

AGRADECIMENTOS

A ambos os grupos de pesquisa em que os resultados deste estudo foram discutidos antes desta publicação: Grupo de Pesquisa Tecnologias, Escola, Inovação e Aprendizagem (TEIA-PPGE/Uniso) e Grupo de Pesquisa Linguagens das Mídias na Educação (GPLME-PPGCC/Uniso); à designer Priscila Rie Nakajima, que colaborou na elaboração da Figura 4 (a partir de dados anonimizados).

REFERÊNCIAS

VIOLÊNCIA grave contra jornalistas aumentou 69,2% em 2022. **Abraji**, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/violencia-grave-contra-jornalistas-aumentou-69-2-em-2022>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PROFETA, Guilherme Augusto Caruso. **Educação, alteridade e jornalismo em perspectiva etnográfica**. 2021. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uniso.br/entities/publication/a290af8a-d430-45a5-a4f7-028582adf907>. Acesso em: 30 ago. 2024.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; EDDY, Kirsten; ROBERTSON, Craig T.; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Reuters Institute Digital News Report 2023**. Oxford: Reuters Institute for the Study

of Journalism, 2023. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2023-06/Digital_News_Report_2023.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; ROBERTSON, Craig T.; ARGUEDAS, Amy Ross; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Reuters Institute Digital News Report 2024**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2024. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2024-06/DNR%202024%20Final%20lo-res-compressed.pdf>. Acesso em: 2 set. 2024.

SOARES, Ismar de Oliveira; BLANCO, Patrícia. A urgência da educação midiática. In: AGUADÉD, Ignacio *et al.* (orgs.). **Currículo Alfamed de formação de professores em educação midiática**. São Paulo: Palavra Aberta, 2021. Disponível em: <https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2021/10/2021-Curriculo-Alfamed-PT-final-1-compactado.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, Jorge Pedro (Ed.). **Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

STEPHENS, Mitchell. **Beyond News: The future of Journalism**. New York: Columbia University Press, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

NOTAS

1. Ver Sousa (2008, p. 110-111, destaques do autor): “Novos inventos e procedimentos impulsionam a nova imprensa popular e noticiosa do século XIX. O **telégrafo** renovou o **conceito de actualidade**. A **rede de correspondentes e colaboradores** que os jornais lançaram sobre os territórios nacionais, beneficiando do telégrafo e dos caminhos-de-ferro, ajudou a **configurar mercados nacionais de notícias** (há suficientes notícias nacionais para com elas se preencher a quase totalidade de um periódico) e a **reforçar a noção simbólica de nacionalidade**. As **agências de notícias** fizeram a sua aparição. A proliferação da notícia, que destronou o artigo como género jornalístico dominante, promoveu uma **distinção entre facto e comentário** que alicerçou o conceito de **objectividade jornalística**. O telégrafo, fundamental para a difusão de informações, intensificou, por seu turno, a adopção de uma **linguagem telegráfica**. Por isso, os jornalistas começaram a adoptar **critérios profissionais de elaboração da notícia**, em vez de cultivar um estilo pessoal, emotivo ou literário.”
2. Todos os procedimentos metodológicos foram devidamente aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Sorocaba (Uniso), sob parecer 6.325.121, no dia 26 de setembro de 2023.
3. Uma porção considerável das respostas descartadas nessa fase incluiu a ideia de “passar informações”, mas sem explicitar *quais* informações (que temáticas?) ou *como* (especialmente que tipo de tratamento em relação à separação entre a informação e opinião). Exemplos integrais dessas respostas incluem “[espero] informações diretas”, “espero que [o jornalismo] melhore, passe informações corretas, publique pautas realmente importantes e relevantes, que realmente saibam do que estão postando e falando sobre”, “[espero] que a informação chegue até a população” etc. Algumas respostas chegaram a incluir algum tipo de valor subjetivo, como “espero honestidade, informação, conhecimento e atualidades” (grifo nosso), mas sem uma argumentação suficiente que permitisse compreender o valor destacado como um sinônimo de neutralidade, por exemplo. Não são respostas desimportantes, mas entendemos que elas não se prestavam ao processo de

categorização de acordo com os objetivos traçados para este estudo.

4. De modo a permitir um processo de categorização menos falível e menos sujeito à interpretação de um só pesquisador, um coautor foi convidado a participar deste estudo na etapa de análise formal. Para isso, foi escolhido intencionalmente um coautor que *não* fosse jornalista e/ou tivesse educação formal em teorias do jornalismo, assim oferecendo um contraponto ao autor principal.
5. As categorias I e II (ver Quadro 1) pressupõem uma continuidade bastante sutil, de modo que a categorização pode ser mais dificultada. Dependendo dos interesses e objetivos de análise, essas categorias podem até mesmo ser aglutinadas num único grupo. De modo geral, a categoria I englobou as respostas mais simples, que focaram em valores tidos como fundamentais (a representação de uma verdade única e a neutralidade), enquanto a categoria II englobou as respostas que, mesmo partindo dos valores fundamentais, incluíram menções à polarização política, às *fake news* e à manipulação deliberada por parte da imprensa. Ainda assim, há aquelas respostas que fazem menção a esses elementos complicadores (a polarização, as *fake news* e a manipulação), mas determinam em sua construção argumentativa os tais valores fundamentais como o aspecto mais importante para o respondente, até mesmo compreendendo o jornalismo ancorado na verdade e na neutralidade como uma forma de mitigar a polarização. Esse tipo de sutileza foi fundamental para a interpretação.

SOBRE OS AUTORES:

GUILHERME PROFETA Pós-doutor pela Divisão de Difusão Cultural do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (USP), doutor em Educação pela Universidade de Sorocaba (Uniso), jornalista. Docente titular dos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE) e Comunicação e Cultura (PPGCC) da Uniso. guilherme.profeta@prof.uniso.br.

MARCIO JOSÉ CELESTINO Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Uniso, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento 001. spmarc@gmail.com.

Artigo recebido em: 04 de setembro de 2024.

Artigo aceito em: 08 de dezembro de 2024.